

É possível esquadrihar uma relação entre um dado par de atores realizando uma escrutinação documental?

Is it possible to scrutinize a relationship between a given pair of actors by performing documentary scrutiny?

André Luiz Dias de França¹, Guilherme Ataíde Dias²

Como citar (APA): Dias de França, A.L.; & Ataíde Dias, G. (2021). É possível esquadrihar uma relação entre um dado par de atores realizando uma escrutinação documental?. AWARI; 2, e25. <https://doi.org/10.47909/awari.86>

Recibido: 12-04-2021

Acceptado: 23-06-2021

Editor: Adilson Luiz Pinto

Copyright: © 2021 Dias de França & Ataíde Dias. This is an open access article distributed under the terms of the CC BY-NC 4.0 license which permits copying and redistributing the material in any medium or format, adapting, transforming and building upon the material as long as the license terms are followed.

RESUMO

Trata-se da etapa exploratória de dados utilizado em tese de doutorado que utilizou a Análise de Redes Sociais (doravante, ARS) para esquadrihar relações entre atores com objetivo de fazer emergir a tese de que o regime de exceção no Brasil durou 21 anos, pois estava sustentado por uma rede coesa e robusta de indivíduos que partilhavam uma ideologia. Através de pesquisa documental, foi utilizada, de maneira inovadora, a ARS ao se escrutinar arquivos na busca por vínculos entre pessoas no período de 1964 a 1985. Foram consideradas 374 pessoas listadas nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade como responsáveis por violações aos direitos humanos durante a Ditadura no Brasil. São nomes de indivíduos que compuseram um quadro inicial de atores sociais para construção da rede de violadores de direitos humanos. Por meio da construção de uma matriz, foram associadas a cada autor, suas respectivas ligações a quinze determinados eventos. Para dar profundidade, foram realizadas pesquisas nos repositórios digitais de documentos (tais quais suas respectivas disponibilidades) das seguintes referências: Projeto Brasil Nunca Mais de 1985, da Arquidiocese de São Paulo; Arquivo Nacional e; Hemeroteca Digital Brasileira. Com os achados, foi possível finalizar a

etapa exploratória com o seguinte: É possível esquadrihar uma relação entre um dado par de atores realizando uma escrutinação documental!

Palavras-chave: Análise de Redes Sociais; Análise Documental; Brasil; Ditadura

1 Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Email: andreluiz@ccta.ufpb.br, ORCID: 0000-0002-8278-3664.

2 Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Email: guilhermeataide@ccsa.ufpb.br, ORCID: 0000-0001-6576-0017.

ABSTRACT

This is the exploratory stage of data used in a doctoral thesis that used social network analysis to scan relationships between actors with the aim of making the thesis that the exception regime in Brazil for 21 years, was already supported by a cohesive and robust of who shared an ideology. Through documentary research, a social network analysis was used in an innovative way when scrutinizing archives in the search for links between people in the period from 1964 to 1985. 374 people classified in the reports of the National Commission of Truth as responsible for human rights violations during the Dictatorship in Brazil. They are names of owners who made up an initial list of social actors to build the network of human rights violators. Through the construction of a matrix, associated with each author, it performed every fifteen events. To give depth, searches were made in the digital repositories of documents (such as their availability) for the following references: Projeto Brasil Nunca Mais de 1985, from the Archdiocese of São Paulo; National Archives and Brazilian Digital Library. With the findings, it was possible to conclude an exploratory stage with the following: It is possible to scan a relationship between a given pair of actors by conducting documentary scrutiny.

Keywords: Brazil; Dictatorship; Document Analysis; Social Network Analysis

1 INTRODUÇÃO

A história recente do Brasil registra um período de exceção que durou de 1964 a 1985, intervalo no qual um regime instaurado por militares ditou os rumos da nação, o funcionamento das instituições e o ir e vir do cidadão brasileiro, lastreado com o apoio de entidades da sociedade como organizações públicas e privadas e de civis. Tal época foi marcada pela criação e vigência de diversos Atos Institucionais (AI) que, além de extrapolarem o texto da Carta Magna, tinham por objetivos a supressão de direitos constitucionais e a perseguição àqueles que ao regime se opunham, legitimando as posturas dos que tomaram o poder.

É importante que se ressalte, logo, inicialmente e por conveniência, que o recorte temporal que delimitou os esforços desta pesquisa vai de 1964 a 1985³. É um trabalho que mergulha não só na história, mas também uma empreitada que busca a memória histórica⁴, memória que, viva e dinâmica, se propõe a ir além do já proposto e sedimentado. Essa época é reconhecida nacional e internacionalmente como aquela na qual houve graves violações dos direitos humanos e que cujos início e fim, comumente disseminados em registros documentais e bibliográficos, assentam-se em 1º de abril de 1964 – com a retirada do poder do então presidente da república democraticamente eleito, João Belchior Marques Goulart – e em 15 de março de 1985 – momento no qual José Sarney de Araújo Costa assumiu a

3 Nossa escolha encontra respaldo no entendimento de (ao menos) uma instituição que custodia o acervo que trataremos nesta pesquisa. (ver Arquivo Nacional, 2017). No entanto, sabemos que há autores que discordam deste recorte, como Reis (2012, n.p.), quando cita que “entre 1979 e 1988, ainda não havia uma democracia constituída, mas já não existia uma ditadura.” Para o autor, seria inadequado compreender o regime até 1985. Em outro momento, o mesmo autor (Reis, 2014, n.p.) chama o período que foi de 1979 a 1988 como “transição democrática”.

4 Nessa medida, Halbwachs entende que a memória histórica está além de fatos históricos. Para ele, o ambiente social passado não subsiste para nós apenas apoiado sobre os fatos históricos, registrados por meio de “[...] datas associadas a acontecimentos definidos em termos gerais ou recordações abstratas de acontecimentos [...]” (2006, p.74).

presidência da nação, iniciando a Nova República.

Nesse pano de fundo, surgiu o desejo por esquadriñar uma relação entre um dado par de atores realizando uma pesquisa documental. Para tanto, desenvolvemos uma aplicação para a ARS quando escrutinamos arquivos na busca por relações entre pessoas naquele período. Esses atores foram caracterizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), especificamente, no Volume 1 da CNV que elencou 374 pessoas como responsáveis por violações aos direitos humanos durante a Ditadura no Brasil. Esse percurso viria a nos permitir encontrar elementos que caracterizariam uma rede de relacionamentos bastante coesa, com associações igualmente fortes e uma densidade apropriada que fundamentaram a força da disseminação da ideologia vigente e o fortalecimento e manutenção do regime pelo tempo que durou, mas que por limitações editoriais, não foi possível expor neste artigo.

2 A análise de redes sociais

A academia reconhece o antropólogo John Arundel Barnes como o pioneiro no uso do termo científico *Redes Sociais* em razão de seu trabalho intitulado *Class and committee in a Norwegian island parish* publicado em 1954, no periódico *Human Relations*. Para Barnes, “quando estudamos a organização social de uma simples sociedade, objetivamos compreender todas as variadas formas pelas quais os membros da sociedade interagem sistematicamente uns com os outros.” (Barnes, 1954, p.39, *tradução nossa* ⁵). De acordo com Wasserman e Faust (1994, p.4, *tradução nossa* ⁶) “a perspectiva de redes sociais abrange teorias, modelos e aplicações que são expressos em termos de conceitos ou processos relacionais.” Para Martino e Spoto (2006) todo tipo de grupo social pode ser representado através de unidades que compõem determinado grupo e das relações entre cada uma destas unidades. A este tipo de representação dá-se o nome Rede Social.

Mas, conforme Capra (2008, p.17), não é de agora que “construir redes” desperta consciência a social ou organizacional de estudiosos e cientistas. Seu foco científico de abordagem surgiu na década de 1920, quando ecologistas usaram analogia dos ecossistemas como comunidades de organismos ligados em uma rede de relações alimentares. (Capra, 2008). Ocorre que só nas décadas recentes os pesquisadores em informação começaram a enxergar o estudo de redes sociais como ferramenta táctica.

A representação de uma rede social, de acordo com Currás (2009, p.61, *tradução nossa*), surge de “[...] um conjunto de pontos ligados por uma série de relações que realizam certas propriedades [...] e gozam de uma estrutura e uma morfologia própria [...]”. Para Recuero (2009), é uma metáfora para se analisar o comportamento de um grupo social por meio da dinâmica das relações dos atores que a compõem. Assim, as redes sociais se configuram por atores sociais (nós) e suas ligações (arestas).

São diversas as possibilidades que o estudo de redes sociais pode proporcionar, e nesse quesito, Farina (2014) é bastante didático quando explicita as aplicabilidades desse tipo de representação pelas distintas áreas do conhecimento científico. Segundo o autor,

5 *When we study the social organization of a simple society, we aim at comprehending all the various ways in which the members of the Society systematically interact with one another.*

6 *The social network perspective encompasses theories, models, and applications that are expressed in terms of relational concepts or processes.*

[...] a análise da relação entre os nós e da estrutura formada pela rede fornece informações a respeito de diversos fenômenos e situações: como o cérebro funciona, como a doença se propaga, *como as pessoas se comunicam* e trocam informações, como um produto pode ser distribuído ou levado de uma cidade para outra [...]. (Farina, 2014, p.127, *grifo nosso*).

De posse dessas considerações sobre redes sociais, e utilizando-nos da substancial contribuição de Leonhard Euler ⁷, uma rede social pode então ser representada e analisada de modo que propriedades estruturais relevantes possam ser extraídas. Enquanto outros métodos focam o ator individualmente, a ARS busca compreender como ocorrem as relações entre os membros da rede. (Wasserman e Faust, 1994). É desse modo que a metodologia de ARS possui como objetivo principal detectar e interpretar padrões de relacionamentos sociais que ocorrem de ator para ator. (Nooy et al, 2005).

Ao utilizar a ARS, o pesquisador tem a possibilidade de compreender a dinâmica social de determinado grupo de indivíduos ou organizações e suas relações, permitindo que esse conjunto de membros seja analisado como atores em um palco cuja atuação ocorre de acordo com informações obtidas por meio de suas conexões com os demais atores da rede

Assim, as possibilidades que as redes sociais permitem ao estudo do comportamento de seus atores, somado às atuais ferramentas tecnológicas, faz expandir as abordagens que um cientista da informação poderá utilizar para testar suas hipóteses. Compreendemos que podemos extrair reflexões acerca dessas hipóteses de uma rede em seu máximo potencial quando lançamos mão da análise de matrizes, grafos e devidas métricas.

3 Percurso metodológico

Iniciamos a pesquisa através de uma abordagem exploratória levantando os nomes dos personagens constantes no relatório final da CNV (2014) divulgados em 10 de dezembro de 2014. Divididos em três volumes, a publicação foi elaborada a partir de 1.121 depoimentos obtidos em vinte unidades federativas do País a respeito das violações cometidas entre os anos de 1946 e 1988. Na análise do Volume Um, especificamente o capítulo 16, intitulado “A Autoria das Graves Violações de Direitos Humanos”, foram coletados 374 nomes de indivíduos que compuseram um quadro inicial de atores sociais para construção da rede de violadores de direitos humanos. Por meio da construção de uma matriz, foram associadas a cada autor, suas respectivas ligações a 15 determinados eventos. Assim, inicialmente apresentamos uma rede na qual são relacionados 374 atores a 15 eventos, cujo detalhamento será apresentado a seguir na seção 4 ANÁLISE EXPLORATÓRIA: PRIMEIROS ACHADOS.

Para dar profundidade ao que até então foi possível vislumbrar, o percurso desenhado a partir do achado foi trilhado no intuito de se pesquisar nos repositórios digitais (tal qual suas respectivas disponibilidades) documentos das seguintes referências: Brasil Nunca Mais (Arquidiocese de São Paulo, 1985), Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Nacional e Hemeroteca Digital Brasileira.

A etapa exploratória nos permitiu analisar os dados de forma qualitativa fundamentando-nos na organicidade (ou interconectividade, ou ainda inter-relacionamento) documental. Ocorre

⁷ Considerado o pai da teoria dos grafos (França, 2013) ao ter proposto uma solução de acesso para a cidade de Königsberg (atualmente Kaliningrado) através de suas sete pontes sobre o Rio Prególia.

que um documento de arquivo “[...] tem sempre um caráter utilitário, que talvez só se manifeste claramente se ele mantiver seu lugar no todo dos demais documentos que o acompanham.” (Eastwood, 2016, p.26). Tal propriedade nos permite compreender, assim, que um documento mantém uma interrelação com outros, não são isolados, por natureza. Nesse sentido, passamos a observar um entrelaçamento de personagens e eventos pelos documentos ora recuperados em tais bases. Os esforços foram direcionados para a recuperação digital e nossa premissa foi a que seria possível tornar visível uma estrutura que mostrasse a relação entre os personagens.

Para essa empreitada adotamos a ARS para enxergar os indivíduos listados pela CNV como atores sociais que interagiram no cenário que foi o Brasil da época. Com a ARS, utilizamos a matriz, métricas e grafo que representaram o comportamento dos atores sociais pesquisados nos respectivos cenários e contextos e junto a seus eventos, relacionando-os. A abordagem inovadora da metodologia da ARS tornou possível, deste modo, a visualização estrutural de redes dos atores e sobre esse viés, um olhar sobre como se modelaram as conexões entre os indivíduos e determinados eventos que fizeram ou tomaram parte na manutenção da ditadura no período. Essa postura nos trouxe elementos que nos permitiram conhecer a forma como os sujeitos analisados, personagens de nossa pesquisa, obtiveram êxito em manter todo um país das dimensões do Brasil sob aquele regime por tão longo período. Atingir esse objetivo foi de oportuna valia para esta pesquisa bem como para futuras que possam dela emergir.

4 A análise exploratória: primeiros achados

Iniciamos a coleta de dados sobre o Volume 1 da CNV que responsabiliza autores de violações aos direitos humanos no Brasil. Neste sentido, a comissão optou por eleger três grandes categorias que reuniram os violadores durante o regime: a) “responsabilidade político-institucional”; b) “responsabilidade pelo controle e gestão de estruturas e procedimentos” e; c) “responsabilidade pela autoria direta de condutas que materializaram as graves violações”.

A primeira categoria compreende os agentes de Estado que conceberam, planejaram ou decidiram buscar reprimir aqueles que se posicionassem contra o regime imposto. O segundo grupo engloba todos aqueles “[...] agentes que, mesmo sem haver praticado diretamente graves violações de direitos humanos, permitiram, por atuação comissiva ou omissiva, que tais atos ilícitos fossem cometidos, sistemática ou ocasionalmente, em unidades do Estado sob sua administração.” (CNV-Vol1, 2014, p.844). O terceiro conjunto inclui todos aqueles que atenderam às ordens de seus superiores na hierarquia para cometerem diretamente as violações descritas pela CNV. Observamos que tal postura se adequa ao que propõe Weber (1978, *tradução nossa*) no que tange ao objeto da sociologia, ressaltando que uma ação social de um indivíduo abarca, inclusive, a omissão e a tolerância, ou seja, um sujeito é ativo mesmo sendo passivo. Diante disso, a CNV elencou 374 pessoas e por meio delas, partimos para escrutinar os dados sobre tais indivíduos e como foram suas participações.

Ao nos debruçarmos sobre o que se apresenta nos relatórios da CNV, observamos que seria possível extrapolar aquelas três categorias mencionadas anteriormente nas quais a comissão imputa as responsabilidades. O intuito da comissão foi o de segmentar por uma questão espacial e distanciamento geográfico da violação direta entre o opressor e o oprimido, mas notamos que nos interessou, nesse momento exploratório, também seus vínculos institucionais. Ou seja, por nossa compreensão, além daquelas “super” categorias, elencamos outras doze (como veremos adiante) que foram associadas a tais pessoas e suas

respectivas ligações, resultado de agrupamentos por determinada afinidade categórica.

Assim, apresentamos a seguir a relação de 374 citados pela CNV a 15 categorias, das quais as três primeiras são as categorias já desenvolvidas pela comissão e outras 12 que nos emergiram conforme nossas leituras. Desse modo, temos o presente Tabela 1.

Tabela 1. Categorias (eventos) criadas para caracterizar os 374 atores (Fonte: Desenvolvimento nosso. A, B e C criadas pela CNV (2014).

Categoria	Descrição
A	<i>Responsabilidade político-institucional</i>
B	<i>Responsabilidade pelo controle e gestão de estruturas - procedimentos</i>
C	<i>Responsabilidade pela autoria direta de condutas que materializaram as graves violações</i>
PRES	<i>Presidente da República</i>
EXE	<i>Integrante do Exército</i>
MAR	<i>Integrante da Marinha</i>
AER	<i>Integrante da Aeronáutica</i>
SNI	<i>Membro do Serviço Nacional de Informação</i>
PM	<i>Integrante da Polícia Militar</i>
PC	<i>Integrante da Polícia Civil</i>
PF	<i>Integrante da Polícia Federal</i>
IML	<i>Servidor do Instituto de Medicina Legal</i>
DIPLOM	<i>Membro do corpo diplomático</i>
JUST	<i>Membro do Judiciário</i>
CCC	<i>Comando de Caça aos Comunistas</i>

Na sequência, desenvolvemos uma codificação no intuito de facilitar a manipulação dos dados, além de contribuir para despersonalizar os sujeitos ora pesquisados de tal modo que, por exemplo, “Humberto de Alencar Castello Branco” recebeu o rótulo de “act_hdacb_1”. Isto posto, inquietou-nos saber o que poderíamos refletir ao observarmos os personagens listados pela CNV como atores sociais em uma rede na qual aquelas categorias são agora vistas como eventos. Ou seja, como os indivíduos imputados como responsáveis por violações dos direitos humanos estão relacionados com os eventos coletados nos relatórios da comissão.

Neste trabalho, por limitações já indicadas, não apresentamos relacionamentos ator-ator, mas ator-evento ⁸, sendo que, um ator é como passamos a chamar um personagem e um evento, uma categoria elencada na análise preliminar anterior. Como os atores foram estruturados em pares foi uma etapa subsequente que compôs toda ampla pesquisa. Nesse contexto, “Act_HdACB_1” esteve, por exemplo, relacionado aos eventos: “A” (Responsabilidade político-institucional), “PRES” (Presidentes da República) e “EXE” (Integrante do Exército). Na sequência, inserimos todos os dados no *software* Gephi ⁹ versão 0.9.1 com o qual foi possível visualizarmos o grafo associado apresentado a seguir, na Figura 1.

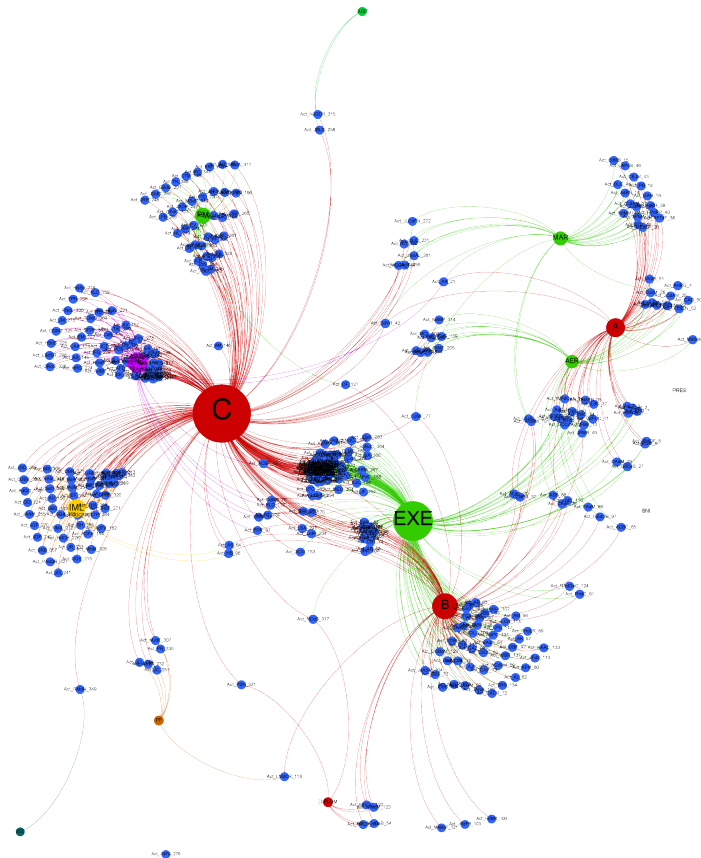


Figura 1. Grafo associado dos atores aos eventos (Fonte: Desenvolvimento nosso).

8 “[...] as redes de afiliação consistem em pelo menos dois conjuntos de vértices, de modo que as afiliações conectam vértices de diferentes conjuntos apenas. Normalmente existem dois conjuntos, que são chamados de atores e eventos, por exemplo, diretores (atores) e conselhos de empresas (eventos). Afiliações conectam diretores a conselhos, não diretores a diretores ou conselhos a conselhos, pelo menos não diretamente.” (Nooy et al, 2005, p. 103, tradução nossa).

“By definition, affiliation networks consist of at least two sets of vertices such that affiliations connect vertices from different sets only. There are usually two sets, which are called actors and events, for example, directors (actors) and boards of corporations (events). Affiliations connect directors to boards, not directors to directors or boards to boards, at least not directly.” (Nooy et al, 2005, p.103)

9 Trata-se *software* de análise de redes sociais.

Apesar de uma análise ainda exploratória, já nos deparamos com alguma complexidade e profundidade do cenário que ora se apresentou. Visualmente é perceptível que, dentre os eventos, C (responsáveis diretos pelas violações) e EXE (relacionado ao Exército) ganham notoriedade visual se comparados aos demais. Um evento que também apresenta destaque é o IML (elencar os membros do Instituto Médico Legal) responsável, entre outras atribuições, por emitir a *causa mortis* de indivíduos. Se aprofundarmos nossas observações, constataremos que há um número considerável de atores que estão, ao mesmo tempo, relacionados ao evento EXE e ao C.

Além das observações realizadas nessa etapa metodológica, podemos aprofundar as nossas reflexões quando lançamos mão da análise métrica da rede como um todo, por ator, por termos e por relações. Em outras palavras, as possibilidades de compreensões foram sendo refinadas quanto mais vezes retornamos aos mesmos documentos, bem como nos deparávamos com outros em busca de dados outros que não considerávamos até o momento. Com a estratégia adotada apresentando resultados, realizamos uma busca experimental sobre o sujeito listado pela CNV de nome “Alcides Singillo” (escolhido arbitrariamente), e sobre ele a comissão cita o seguinte:

(1932-) Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) na primeira metade da década de 1970. Teve participação em casos de tortura, sequestro e ocultação de cadáver. É réu em processo criminal em andamento em razão de crimes cometidos durante a ditadura militar. Vítimas relacionadas: Antônio Raymundo Lucena (1970), Antônio Pinheiro Salles (1971), Hiroaki Torigoe (1972) e Edgard de Aquino Duarte (1973). (CNV- Vol. I, 2014, p.876).

Nesse sentido, decidimos fazer buscas documentais e, ao falarmos de documentos e suas características, é importante tratarmos de quatro conceitos fundamentais¹⁰: a unicidade, a organicidade (ou interconectividade, ou ainda inter-relacionamento) e a autenticidade. Antes, porém, convém trazermos um conceito do que vem a ser um documento. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, trata-se de uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” (Arquivo Nacional, 2005, p.73), ou seja, se houver o registro de informações, ali constatamos haver um documento. Voltando-nos à unicidade, ela trata de que um arquivo é único para o fim que foi criado (Rodinelli, 2013), mas não está isolado, possui relações com outros, o que nos remete à interconectividade. Um documento de arquivo “[...] tem sempre um caráter utilitário, que talvez só se manifeste claramente se ele mantiver seu lugar no todo dos demais documentos que o acompanham.” (Eastwood, 2016, p.26). Já a autenticidade aponta para constatação de que um documento é verdadeiro ou de que sua eventual cópia reproduza exatamente o original. (Arquivo Nacional, 2005, p.39). Ou seja, a escolha das fontes de pesquisa foram criteriosamente escolhidas, uma vez que a instituição que custodia determinado documento transfere para ele relevante grau de credibilidade de que as informações ali contidas foram verificadas.

Cientes disso, conduzimo-nos às publicações do BNM, resultante do projeto da Arquidiocese de São Paulo no ano de 1985, que procurou investigar a repressão à época. No Volume Três, do Tomo II, intitulado *Os Funcionários*, localizamos o nome do Delegado Alcides Singillo associado às violações, como se vê na Figura 2.

10 Abstermo-nos de discutir o conceito de imparcialidade, uma vez que se trata, segundo Eastwood (2016), de um tema ainda não pacificado entre os estudiosos já que trataria da natureza insuspeita dos arquivos.

NOME PELO QUAL É INDICADO NA DENÚNCIA	COMO É IDENTIFICADO PELO DENUNCIANTE	LOCAL DA TORTURA	ANO	Nº DO DENUNCIANTE	Nº BNM	OUTRAS REFERÊNCIAS
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	69	867	294	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	69	418	299	
SÉRGIO FLEURY	Delegado do DOPS de São Paulo	Casa de São Conrado - Rio de Janeiro	70	1474	679	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	71	651,1830	519	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	Delegacia de Ribeirão Preto (SP)	69	1330	65	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DEIC - São Paulo	69		294	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo			254	
SÉRGIO FLEURY	Delegado de 1ª Classe	Janeiro		497	93	
SÉRGIO FLEURY	Delegado de 1ª Classe	Janeiro		1087	93	
SÉRGIO FLEURY	Capitão	Casa de São Conrado - Rio de Janeiro	67	135	6	
SÉRGIO FLEURY	Capitão	Casa de São Conrado - Rio de Janeiro	64	1371,18	6	
SÉRGIO FLEURY	Sargento da	São Luís - Maranhão	72	104	5	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - Recife	71	1177	345	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - Pernambuco	70	1774	170	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - Recife	70	43	178	
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	70	1246	510	Alcides Singilo - Delegado Adjunto do DOPS (BNM 35)
SÉRGIO FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	71	1076	55	
SÉRGIO FLEURY		DOPS - Minas Gerais	71	959	760	

Figura 2. Lista dos sujeitos envolvidos em torturas (Fonte: Arquidiocese de São Paulo (Tomo ii-Vol. III, 1985, p.51, destaque nosso).

Em outro trecho, localizamos a lista com “[...] elementos envolvidos em prisões e cercos e repressão a movimentos de massa.” (Arquidiocese de São Paulo, Tomo ii-Vol. III, 1985:61) apresentado na Figura 3.

REPRESSORES						
pg: 1						
Nome	Data	Posto	Fº	UF	Fun	BNM
DORAH DA MOTA GOMES FILHO	02/69	AGENTE	02	DF	13	04
BERTO BATISTA	06/69	AGENTE	02	DF	13	04
JOÃO MENEZES	04/71	AGENTE	02	DF	15	04
ALBERTO LAURIM	08/71	AGENTE	01	DF	15	04
ALBERTO ALVES JUNIOR	08/71	AGENTE	01	DF	15	04
ALBERTO ALVES LUCIO	08/71	AGENTE	01	DF	15	04
ALBERTO ALVES LUCIO	08/71	AGENTE	01	DF	15	04
ALCIDES E. CARVALHO	01/72	VOLUNTARIA	12	MA	14	04
ALCIDES GONÇALVES SOARES	04/70	GUARDA CIVIL	04	SP	15	04
ALCIDES PARANHOS JUNIOR	01/70	INVESTIGADOR	07	SP	04	04
ALCIDES SINGILO	02/73	DELEGADO	00	SP	13	04
ALCIDIO ABREU DE ASSIS	02/67	AGENTE POL. FED.	08	RJ	15	04
ALDARIO TINOCO	10/72	DELEGADO	07	SP	15	04

Figura 3. Lista de Repressores (Fonte: Arquidiocese de São Paulo, 1985 (Tomo ii-Vol. III, 1985, p.63, destaque nosso).

Como visto, trata-se de um delegado que serviu no DOPS e sabendo que o Arquivo Público do Estado de São Paulo tem a guarda dos documentos ligados ao órgão, inclusive muitos digitalizados, fizemos uma busca (Figura 4) nas fichas do órgão por seu nome.

Resultado da Pesquisa	
Total de 1 registro(s) encontrado(s)	
Ficha	Delegacia de Ordem Social ⓘ
Nome / Título	ALCIDES SINGILLO
Nomenclatura	BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS006714
Visualizar Documento	

Primeiro

Anterior

1

Próximo

Último

Figura 4. Busca no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fonte: Desenvolvimento nosso).

E encontramos a seguinte ficha (Figura 5):

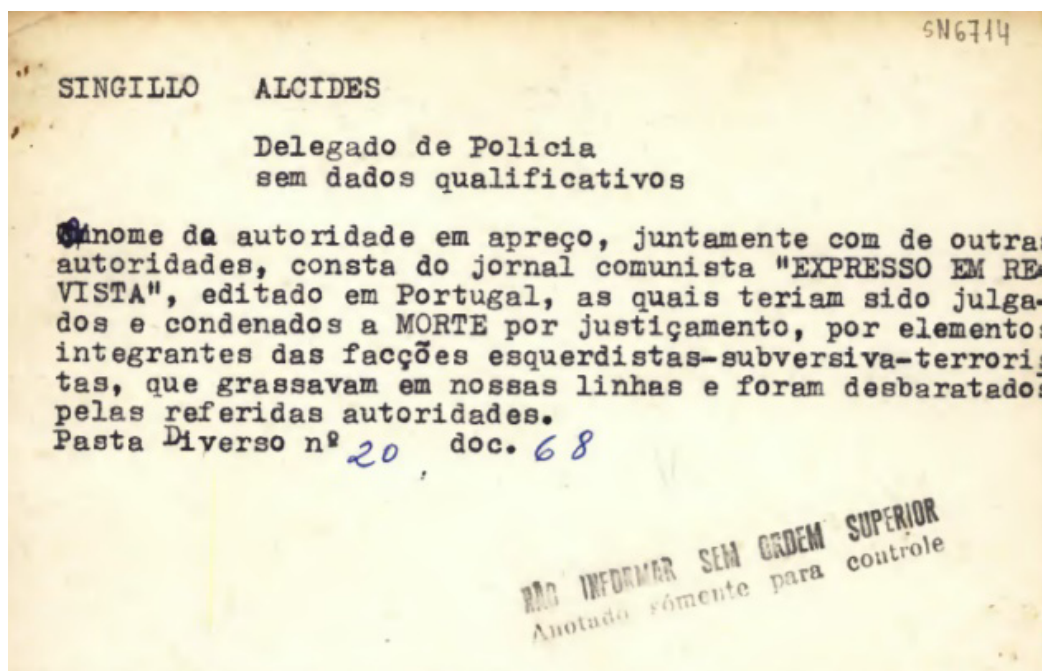


Figura 5. Documento recuperado (1) (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

A ficha em tela nos informa que poderíamos encontrar mais informações na Pasta “Diverso” nº20, doc. 68. Fazendo uso do conceito de organicidade documental já discutido aqui, seguimos o rastro informacional e fizemos a busca com tais dados, como podemos ver na Figura 6, a seguir.

Documento
Delegacia de Ordem Social

Nome / Título
Diversos

Pastas [?]
Vol. 20 (doc.01 a 80)

Nº de Pasta
Nº de Pasta

Período
Ano Inicial a Ano Final

Palavra-Chave [?]
Palavra-Chave

Buscar Limpar

Figura 6. Busca no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fonte: Desenvolvimento nosso).

Com a busca, recuperamos o documento que pode ser visto a seguir (Figura 7).

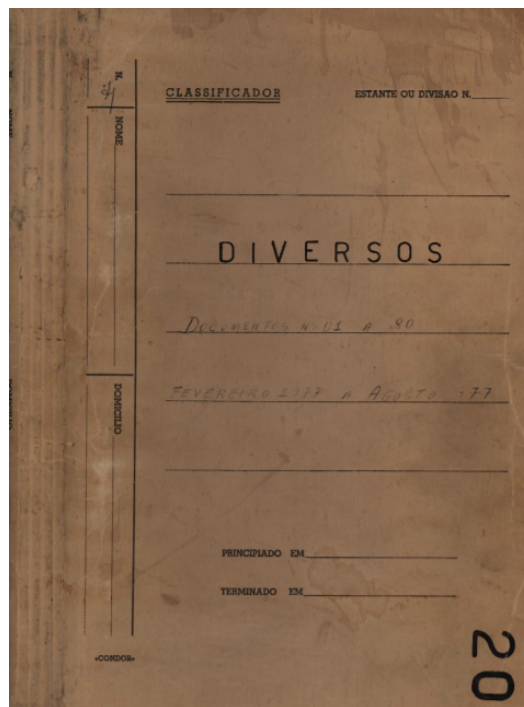


Figura 7. Pasta Diversos (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Na referida pasta, localizamos o seguinte documento (Figura 8), que cita aquele delegado como um torturador (o de número 20) em um recorte de jornal anexado.

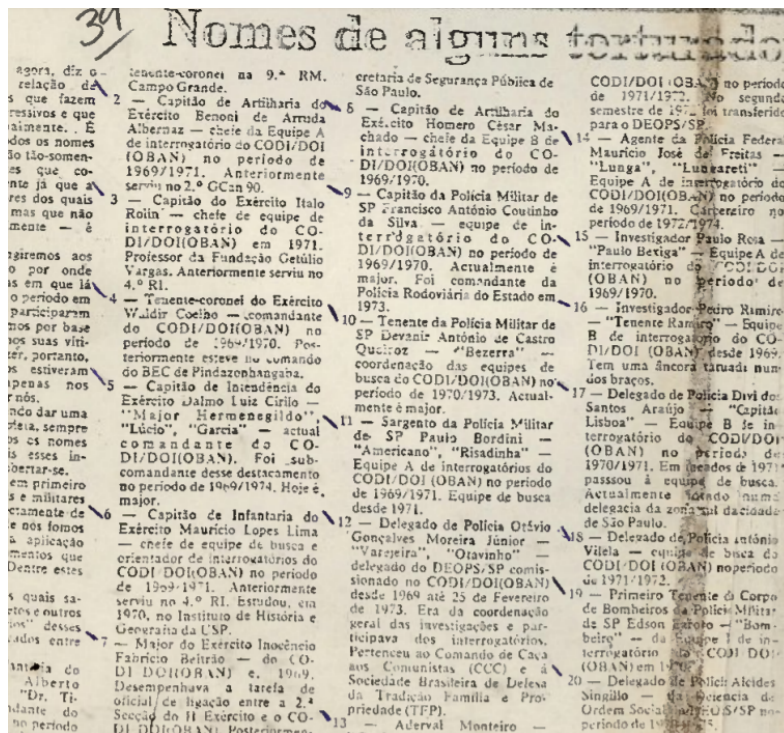


Figura 8. Documento recuperado (2) (Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, destaque nosso).

No intuito de buscarmos conexões, inclusive com outras bases de dados, nos dirigimos ao Arquivo Nacional que administra os acervos da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985. Na busca pelo nome do Delegado Alcides Singillo, obtivemos 73 registros (Figura 9):

Figura 9. Busca no Arquivo Nacional (Fonte: Desenvolvimento nosso).

Dentre todos os documentos postos à disposição quando da busca, escolhemos arbitrariamente o documento intitulado "br_dfanbsb_z4_dpn_pes_0792.pdf" para realizarmos testes empíricos (Figura 10).

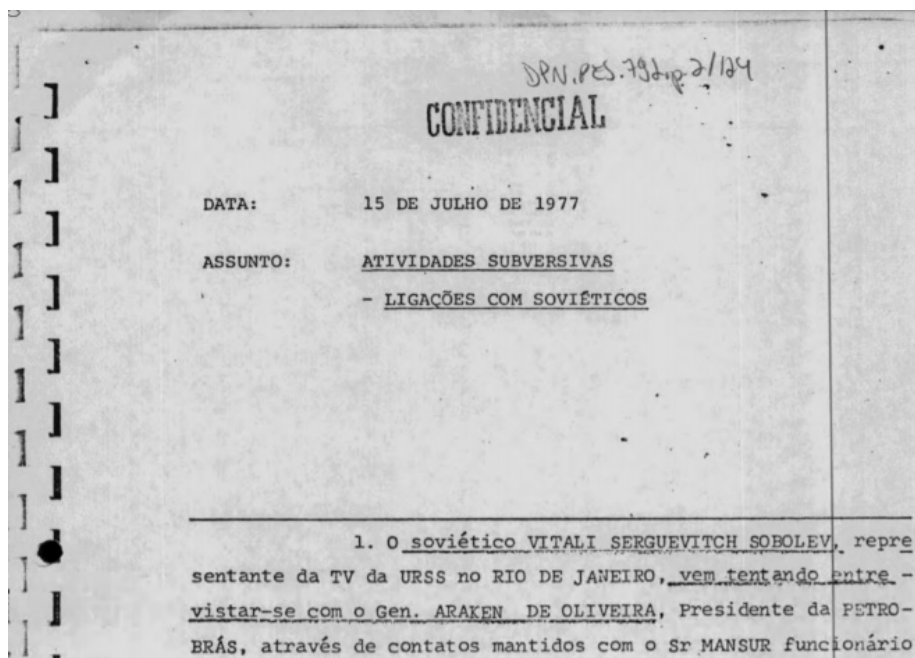


Figura 10. Documento recuperado (3) (Fonte: Arquivo Nacional).

O supracitado documento de 124 páginas trata de “Atividades Subversivas – Ligações com Soviéticos” e pode ser compreendido como um dossiê sobre a tentativa da TV da então URSS em entrevistar o Gen. Araken de Oliveira e conclui “[...] é justo ressaltar que entrevistas desse tipo só servirão para fornecer dados a serem deturpados[...]

 (1977, p.3)
11. Tal documento apresenta ainda recortes de publicações nas quais o Delegado Alcides Singillo é citado (exemplo na Figura 11):

11 À folha 1, há uma assinatura, no entanto, não conseguimos identificar a autoria do referido documento.

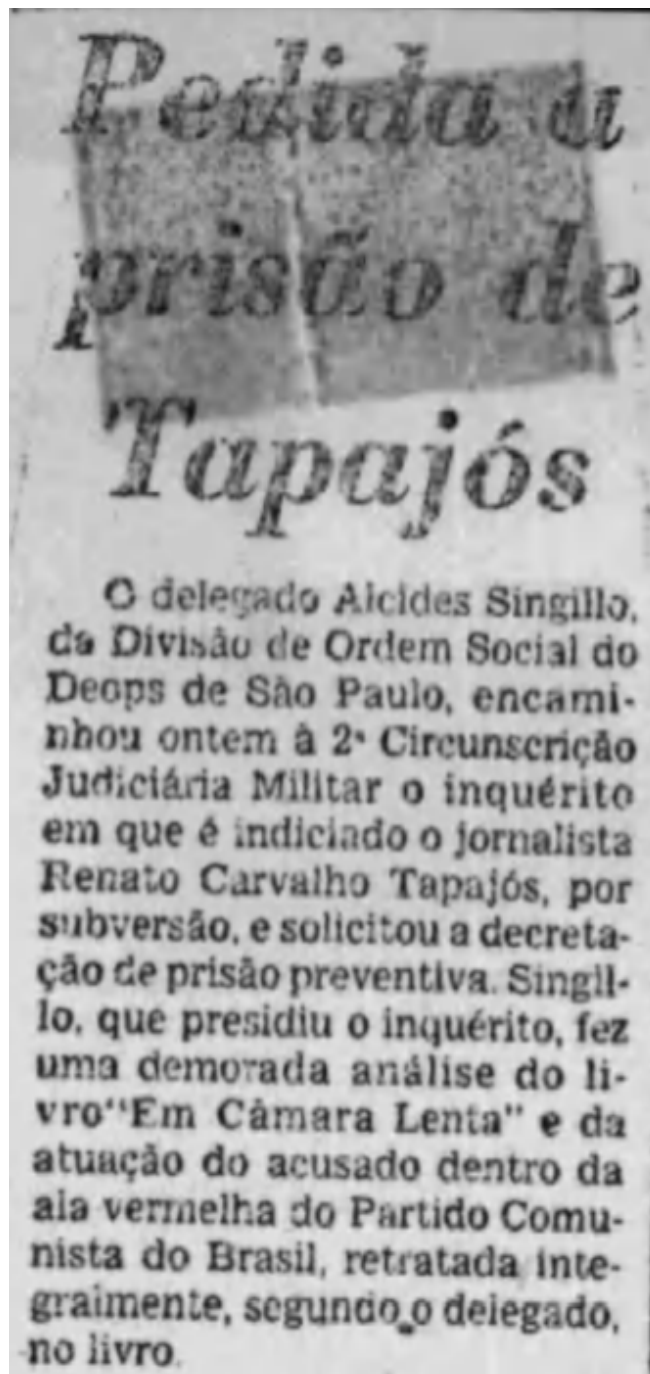


Figura 11. Documento recuperado (4) (Fonte: Arquivo Nacional).

Através do recorte, percebemos que o delegado em questão tinha participação ativa de suas funções, inclusive enquadrando cidadãos por atos subversivos. Observamos que a tipologia documental incluía periódicos em circulação à época, como o caso do recorte anterior, assim, prosseguimos a busca, desta vez na Hemeroteca Digital Brasileira que disponibiliza de modo digital, periódicos como jornais, revistas, anuários e boletins, muitos, inclusive, raros e extintos. Recuperamos, então, a edição 162 de 1981 do Jornal do Brasil, que traz em sua edição uma matéria sobre a autoria de um sequestro de um milionário da época. No texto, observamos o nome do delegado Alcides Singillo ligado aos nomes de outros dois

delegados, Romeu Tuma e Edsel Magnotti (Figura 12), ambos listados também pela CNV.

— Salim Yacoub Nehme declarou que o seqüestro foi feito apenas por ele e por Eduardo, o Dudu. Explicou que incluiu o nome de Miguel Mofarrej por instrução de um advogado, para tornar seu delito mais leve.

Nesse interim, estavam sendo realizados os trâmites para a expulsão de Salim Yacoub Nehme do Paraguai e sua prisão pela polícia brasileira. O inspetor Gimenez assegurou, também, não dispo de qualquer outra informação sobre Dudu.

Ontem à tarde, os delegados Romeu Tuma, Edsel Magnotti, Alcides Singillo e Roberto Bayerlein viajaram para o Paraguai, a fim de conduzir Salim Yacoub NHEME para São Paulo.

Figura 12. Recorte da de documento recuperado (5) (Fonte: Edição nº162 do Jornal do Brasil (1981)).

Esse tipo de cruzamento documental em três bases de dados nos foi útil uma vez que evidencia a essência orgânica de um documento e parecem reforçar os argumentos da CNV que enquadraram o Delegado Alcides Singillo em situações de violações dos direitos humanos no período estudado. A partir desse ponto, compreendemos o potencial de nossa pesquisa. Apenas com um dos nomes apresentados pela CNV, conseguimos fazer algumas relações e associações que fomentaram nosso debate e discussões. Na mesma edição do Jornal, inclusive, na mesma página, deparamo-nos com o seguinte trecho de uma outra matéria (Figura 13).

Cerqueira tira 163 PMs de presídio e garante que a segurança não diminuirá

— A retirada dos 163 policiais-militares do complexo penitenciário da Rua Frei Caneca não significa a diminuição da segurança do presídio. Eles viviam em condições incompatíveis e em promiscuidade com os presos. Vou até reforçar a segurança do local — afirmou o Comandante-Geral da PM, Coronel Nilton Cerqueira.

Os 163 PMs formavam a 5ª Companhia do 1º Batalhão. Em uma visita à penitenciária o Coronel Cerqueira observou as más condições do alojamento dos soldados e notou que a presença deles facilitava a promiscuidade dos policiais com os presos.

Figura 13. Documento recuperado (6) (Fonte: Recorte da edição 162 do Jornal do Brasil (1981)).

A descobertas são complexas e difíceis de serem previstas: o recorte anterior nos permitiu

chegar a essa consideração. Ocorre que em outra matéria, agora tratando de questões de segurança em presídios, recuperamos o nome de Nilton Cerqueira – Coronel e então Comandante Geral da PM no Rio de Janeiro: trata-se de outro personagem listado como violador de direitos humanos pela CNV como Nilton de Albuquerque Cerqueira. Esse tipo de ocorrência nos fez justificar a nossa abordagem exploratória do fenômeno quando iniciamos tão logo a coleta e análise de dados e que cujas considerações foram sendo feitas em paralelo, inclusive com retorno aos mesmos dados para, de forma exaustiva, buscarmos elementos que nos conduzissem a uma dada realidade. Findada a etapa exploratória, passamos a realizar análises mais aprofundadas nos dados, que apresentaremos em um segundo momento por não caber nos limites editoriais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação nos permitiu vislumbrar que duas características essenciais de um documento, a autenticidade e a interconectividade, foram para nós de extrema valia. Se a primeira pode ser compreendida aqui com um selo com o qual alguém ou uma instituição dá a um documento indicando que temos em mãos um registro de algo que foi mantido tal qual foi produzido, a segunda trata de compreendê-lo como parte de um organismo ¹² do qual faz parte, e que assim influencia e é influenciado, ou seja, se relaciona com o todo do qual faz parte de maneira simbiótica.

A etapa exploratória nos permitiu chegar à seguinte premissa: É possível esquadrinhar uma relação entre um dado par de atores realizando uma escrutinação documental. As ligações entre os documentos contam uma história. Em um primeiro momento, abordamos os relatórios da CNV em busca dos personagens centrais acusados pela comissão de violarem os direitos humanos. Localizamos 374 indivíduos listados acompanhados de breves textos biográficos. Escolhemos um indivíduo, arbitrariamente para realizar buscas como evidenciamos anteriormente. Diante da constatação de que havíamos encontrado uma metodologia inovadora e viável de considerar como relações os vínculos que os atores apresentaram por serem mencionados nos mesmos documentos, retornamos aos dados para realizar mais consultas e providenciais análises. Mas tais conclusões serão apresentadas em um outro trabalho.

É frutífero ainda pontuar que nunca foi nosso interesse acusar ou determinar que esse ou aquele sujeito deveria receber um título criminoso porque sempre pautamos nossa postura pela maior neutralidade e transparência possíveis permitindo que documentos, e elementos bibliográficos de modo geral, compusessem nosso arcabouço de trabalho e assim nos fizessem enxergar com maior nitidez aquilo que gostaríamos de analisar. Não investigamos pessoas nem tão pouco fizemos descobertas de nomes de personagens novos, pelo contrário, nosso trajeto iniciou-se em uma lista elaborada por uma comissão instituída por lei para relatar indivíduos que poderiam ter envolvimento com atos violentos durante o recorte cronológico. De posse de tais relatórios, usamos unicamente para encontrar menções aos personagens em documentos com acesso público liberado. Nada além disso!

12 Inter-relacionamento como sinônimo de organicidade (Rondinelli, 2013).

REFERÊNCIAS

- Arquivo Nacional (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf
- Barnes, J. A. (1954). Class and committee in a Norwegian island parish. *Human Relations*, 7, 39-58. <https://doi.org/10.1177%2F001872675400700102>
- Arquidiocese de São Paulo (1985). *Brasil Nunca Mais (BNM) - Projeto*. São Paulo.
- Capra, Fritjof (2008). Vivendo Redes. In F. Duarte, C. Souza, & Q. Quandt (Orgs.), *O Tempo das Redes*, São Paulo: Perspectiva.
- CNV, Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório*. v. 1, Brasília. <http://www.brasil.gov.br/governo/comissao-nacional-da-verdade>
- Currás, Emilia (2009). Integración Vertical de las ciencias aplicada a redes sociales: sociedad de la información em sus relaciones sistêmicas. In: D.A. Población; R. Mugnaini; L. M.S.V.C. Ramos (Orgs.), *Redes sociais e colaborativas em informação científica*. São Paulo: Angellara.
- Eastwood, T. (2016). Um domínio Contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: Eastwood, T; Macneil, H. (Orgs.). *Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico*. Tradução: Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Farina, M.C. (2014). Análise de Redes Sociais. In: Goulart, EE. (Org.) *Mídias Sociais: uma contribuição de análise*, Porto Alegre: EdiPUCRS.
- França, A.L.D. (2013). *Análise de Redes Sociais: o fluxo de informações do Sistema Nacional de Transplantes do Brasil*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória individual e a memória coletiva*. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Martino, F; & Spoto, A. (2006). Social Network Analysis: A brief theoretical review and further perspectives in the study of Information Technology. *PsychNology Journal*, 4(1), 53-86.
- Nooy, W.; Mrvar, A.; & Batagelj, V. (2005). *Exploratory Social Network Analysis with Pajek*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Reis, D.A. (2012). *A Ditadura Civil-Militar*. Rio de Janeiro: OABRJ.
- Reis, DA (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Wasserman, S; Faust, K. (1994). *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. California: University of California Press.